

Na última quinta-feira (12), uma edição especial do Anahp Ao Vivo reuniu especialistas para discutir as consequências da aprovação do PL 1998/2020, pela Câmara dos Deputados, e da Resolução nº 2.314/2022, do CFM, que definiram e regulamentaram a [telemedicina](#) no Brasil. Com a presença do relator da norma no órgão, o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina ([CFM](#)), Donizetti Giamberardino, os convidados classificaram os documentos como “um salto de 20 anos”.

Para Chao Lung Wen, professor associado e chefe da disciplina de Telemedicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), agora o Brasil tem uma regulamentação “compatível” com os melhores exemplos internacionais. Antônio Carlos Endrigo, presidente da Comissão de Saúde Digital da Associação Médica Brasileira ([AMB](#)), relatou o “nível de satisfação elevado” na entidade e suas regionais. E Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp, reconheceu a “façanha política” do relator por chegar a um resultado que agradou a todos.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Medicina S/A, em 17.05.2022